

D-361



**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
MUSEU NACIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
QUINTA DA BOA VISTA S/N. SÃO CRISTÓVÃO. CEP 20940-040
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL
Fax: (5521) 2546695
Tel: (5521) 5689642**

**ETNICIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO
PERSPECTIVAS INDÍGENAS E DO INDIGENISMO
PARA O BRASIL DO SÉCULO XXI**

Projetos de pesquisa, ação e divulgação.

**João Pacheco de Oliveira
Antonio Carlos de Souza Lima**

**SETOR DE ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA
MUSEU NACIONAL
UFRJ**

Mai de 2000

1. Introdução:

As presentes propostas de pesquisa e ação aqui consolidadas baseiam-se nos resultados dos trabalhos desenvolvidos nos quadros do projeto “Política Indigenista e Políticas Indígenas no Brasil: um mapeamento prospectivo”, que resultaram em relatórios apresentados à Fundação Ford, no seminário “Bases para uma nova política indigenista” e no vídeo homônimo, em versões em Português e Inglês.

O *survey* da situação indígena e das políticas de Estado no tocante às populações indígenas, bem como o seminário realizado, evidenciaram diversos pontos e temas que precisam ser abordados, seja sob a forma de pesquisas, seja sob a perspectiva de intervenção social e da disseminação de conhecimentos. Esses temas são centrais para que se construam bases sólidas capazes de permitir que as sociedades indígenas mantenham e ampliem seu patrimônio sócio-cultural, e contem com instrumentos de ordem variada para uma trajetória de etnodesenvolvimento.

Aqui se apresentam três projetos, dois diretamente ligados ao Setor de Etnologia do Museu Nacional/UFRJ, e um anexado a eles, que investem em alguns dos problemas identificados nos relatórios, propondo-se a abordar itens significativos de uma agenda de intervenção, produção e circulação de conhecimentos. Tais projetos serão as bases de um laboratório de trabalhos voltados para pesquisa antropológica, intervenção técnica, formação de quadros e troca de conhecimentos na área das questões relativas aos temas e problemas ligados à etnicidade, cultura e desenvolvimento nas Américas, como o perfil de um “museu nacional”, centro de referência cultural e guarda de acervo, permite e demanda. Nossa intenção é, ao longo dos próximos anos, ampliar o escopo desses trabalhos, partindo para isso, oportunamente, rumo à captação de outros recursos e ao estabelecimento de bases institucionais e relações de trabalho com organizações indígenas, universidades, ongs e outros núcleos de pesquisa.

Os projetos contarão com o suporte da estrutura administrativa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, sob a supervisão da contabilidade geral do Museu Nacional. O orçamento geral acha-se desagregado por projetos.

Projeto 1:
PERSPECTIVAS INDÍGENAS PARA O SÉCULO XXI

**PROJETO DE PESQUISA E AÇÃO APRESENTADO À FUNDAÇÃO FORD
RIO DE JANEIRO, MARÇO/2000.**

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA

**PROFESSOR TITULAR DE ETNOLOGIA
MUSEU NACIONAL
UFRJ**

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA:

As proposições e iniciativas referentes aos assuntos indígenas desenvolvidas no Brasil nos últimos 50 anos sempre estiveram referidas a dois conjuntos de idéias e doutrinas divergentes: o “sertanismo” (ou seja, o indigenismo de Estado, voltado para a ocupação das fronteiras interiores e a construção da nacionalidade) e os chamados “movimentos populares” (iniciativas da sociedade civil voltadas para a consecução dos direitos humanos e dos interesses coletivos). Formulados em períodos históricos bem distintos – respectivamente as décadas de 30 e 40 para o primeiro, e os anos 70 para o segundo – e relacionadas em sua origem a ideologias e programas políticos mais amplos (seja o Estado forte e centralizador, propulsor do desenvolvimento e do bem estar coletivo, seja o Estado como garantidor das liberdades e direitos individuais, *locus* de realização de uma cidadania), tais conjuntos configuraram discursos contrastantes, que disputaram entre si o exercício de uma hegemonia, para isso produzindo símbolos excludentes e estratégias antagônicas.

Constata-se porém que o processo de mobilização e organização indígena encontra-se hoje bastante mais avançado, trazendo contribuições originais e exigindo um novo referencial para as ações indigenistas.

Dois fatos especialmente marcaram o novo espaço político ocupado pelos indígenas: com a promulgação da Constituição de 1988, estabeleceram-se as bases jurídicas para a extinção do instituto da tutela (que norteou as políticas do Estado do período pós-Independência até hoje, tendo sua origem nas atribuições dos antigos Juizados de Órfãos); as agências financiadoras de ações de desenvolvimento e proteção ambiental, fundamentadas no princípio da participação ativa dos grupos afetados, passaram a destinar recursos diretamente para as organizações indígenas.

O efeito combinado desses dois fatores serviu para mostrar não somente como os encaminhamentos e soluções preconizadas pelos dois conjuntos acima referidos estavam defasados em relação às necessidades e virtualidades do presente, mas também para explicitar um consenso subjacente aos discursos manifestamente antagônicos do indigenismo oficial e da cidadania. É que ambos resultam de um esforço – executado essencialmente por não índios – de reflexão e crítica quanto a um status quo anterior vivenciado pelos indígenas. São discursos sobre os indígenas, que espelham principalmente os interesses e utopias de diferentes segmentos sociais – e não só quanto às relações entre índios e o Estado, mas sobretudo quanto às formas futuras e desejadas de organização social e ao próprio papel do Estado.

Se não cabe de modo algum tratá-los como unidade pelos objetivos pretendidos e métodos acionados, nem tampouco nivelá-los em termos dos impactos concretos sobre os

indígenas e os seus mecanismos de representação (ou seja, o grau e a natureza das ausências e irrupções de vozes indígenas), não seria correto igualmente omitir o fato de que o dinamismo e a intencionalidade desses discursos não provém basicamente das formulações e diagnósticos elaborados pelos indígenas.

Desde os seus primórdios o indigenismo de Estado é visceralmente refratário às exigências de participação indígena, tanto pela postura disciplinadora, conquistadora e autoritária de que se reveste (cuja expressão mais completa se faz na figura do bandeirante, do sertanista e do militar), quanto pela concepção estática e carregada de pressupostos negativos sobre os indígenas (descritos sempre como primitivos e necessariamente referidos a estágios superados da humanidade). Envolvidos no manto de “silvícolas” e “fetichistas”, os indígenas não são jamais considerados como capazes de protagonizar iniciativas que ultrapassem o plano mais estritamente local e que contenham algo distinto de tradições supostamente autóctones.

Tal forma de pensar e de agir tem como efeito a **naturalização** do sentimento da **necessidade da tutela**, de tal maneira que as demandas indígenas só podem ser exprimidas através de um porta-voz não indígena, legalmente investido na condição tutelar e adequadamente legitimado pela singular benevolência e empatia (que o qualificam não apenas como um tutor, mas como um patrono e um dedicado salvador) mantidas com os seus representados. O indígena apenas pode ser valorizado na condição de “índio autêntico”, (ou seja, um exemplar *típico* de uma sociedade autônoma e de uma cultura distante, primitiva e exótica), enquanto um membro (indiferenciado) de uma entidade sociocultural estanque e distinta, jamais no exercício de uma função de tradução e intermediação cultural, atributos que lhe são negados por princípio e considerados como simples resultado da operação de estruturas exteriores de dominação.

Por sua vez o chamado “movimento indígena” (enquanto parte dos “movimentos populares” que floresceram nos anos 70) ocupava justamente esse espaço de intermediação, pretendendo articular os interesses dos indígenas através das “Assembléias de Lideranças Indígenas” (foram realizadas dezenas de reuniões desse tipo entre 1976 e 1985) e apresentar pelos mais diversos meios (notas, entrevistas, caravanas às autoridades, ações locais de resistência, etc) as suas demandas perante a opinião pública e o Estado brasileiro.

Embora esse processo e seus desdobramentos posteriores tenham concorrido para o surgimento e consolidação futura das primeiras organizações indígenas, é importante notar que a mídia se apropriou desses fatos de uma maneira bem diversa, omitindo ou secundarizando os processos organizativos e colocando em primeira plano apenas alguns biografias e imagens de indivíduos indígenas. Os quais eram previamente exotizados e tornados compatíveis com as concepções e expectativas do senso comum quanto ao modo de ser indígena; uma vez tidos

como “verosimilhantes” (ou seja, significantes de um significado dado pelo preconceito) poderiam então serem incorporados pela mídia (“popularizados”) em função de sua capacidade em atuar como “personalidades-síntese” e figuras emblemáticas de modalidades pouco usuais de ação política.

O exemplo mais evidente disso foi “o cacique Juruna” com o seu inseparável gravador, que com seus traços físicos nitidamente de acordo com os estereótipos raciais sobre os indígenas, com seu português atravessado e com uma postura desconfiada e agressiva face às declarações (mentirosas) das autoridades, logo tornou-se personagem habitual dos jornais, dos programas humorísticos e até dos ditos e estórias populares. Considerações semelhantes poderiam ser feitas à propósito de outras “personalidades públicas”, como Marcos Terena (“o índio aviador”), o cacique Raoni ou Paulinho Paiakan (ambos Kayapós).

2. OS DESAFIOS ATUAIS:

Na última década ocorreram alguns sinais – breves e intermitentes, mas altamente positivos - de que, no conjunto da burocracia oficial, os assuntos indígenas poderiam ser tratados como questões “técnicas”, podendo a escolha dos dirigentes da agência indigenista escapar às injunções políticas (de loteamento de cargos de confiança para os partidos que fornecem a base parlamentar do governo) e ser movida por critérios de conhecimento e experiência específica. No início dessa década o sertanista Sidney Possuelo foi colocado à testa da FUNAI, conseguindo promover o reconhecimento e demarcação de uma grande número de terras indígenas (entre elas a dos Yanomami e a área do Baú/Xingu, dos índios Kayapós). Mais tarde outras pessoas (principalmente advogados) que tiveram trajetórias importantes no indigenismo (embora não figurassem no indigenismo de Estado) foram colocados na direção da agência indigenista, tentando promover uma reformulação da estrutura do órgão e estabelecer parcerias com as ONG’s, as universidades e as agências internacionais de cooperação.

O redirecionamento da agência indigenista implica porém em desafios bastante complexos, exigindo o abandono das técnicas clientelísticas de mobilização de um suposto apoio “indígena” (na realidade limitado à troca de favores entre os dirigentes e algumas etnias que possuem um acesso mais fácil à sede da FUNAI em Brasília), a formação adequada de novos quadros indigenistas, uma estratégia consistente de divulgação de dados (atuais e relevantes) sobre os povos e culturas indígenas (inclusive com uma melhor inserção da temática indígena na construção de uma identidade nacional) e sobretudo o desenho de um novo perfil institucional.

Alguns desses pontos – como a formação de quadros indigenistas e os chamados “programas regionais” (Santilli, 1999) foram objeto de intensa discussão durante o Seminário

Bases para uma nova política indigenista e devem gerar projetos e iniciativas específicas tanto vinculadas ao orçamento geral da União quanto encaminhadas à Fundação Ford como resultado e desdobramento do projeto **Política Indigenista e Políticas Indígenas no Brasil: Um mapeamento prospectivo**. Mediante os programas regionais e a formação de novos quadros técnicos pretende-se criar uma estrutura administrativa que não reproduza os procedimentos tutelares e clientelísticos.

Mas será que essa nova estrutura pode basear-se apenas no conhecimento e experiência acumulada nas intervenções (setoriais e limitadas) das ONG's ? Como se pode substituir o fisiologismo político e as rotinas burocráticas por uma gestão mais racional da coisa pública, com a implantação de uma lógica de projetos, que seriam executados e avaliados de acordo com critérios técnicos e científicos? Que fatores podem ser decisivos para promover uma tal mudança?

Para isso é necessário é aprofundar o diagnóstico em uma outra direção, considerando o processo de organização indígena como um fato novo e de enorme significação, que poderá afetar muito positivamente a qualidade das mudanças sugeridas e constituir-se em um ator político que viabilize, pressione e contribua para definir o caráter efetivamente inovador dessas transformações.

O Seminário **Bases para uma nova política indigenista**, trouxe para a mesa de debates sobre a formulação de uma política de Estado, pela primeira vez, as organizações indígenas, em condição paritária com órgãos de governo, ONG's e especialistas. Se o Seminário, bem como os seus resultados divulgados em relatório e vídeo, permitiram mostrar a necessidade e a fecundidade da participação indígena naquele contexto, serviu também para indicar alguns pontos de estrangulamento que precisam ser superados para que esse diálogo interétnico e intercultural se realize em condições mais equilibradas de simetria.

Cabe observar que é ainda muito pequeno o conjunto de interlocutores indígenas quando se aborda exclusivamente questões genéricas e políticas nacionais. Como as organizações indígenas têm um calendário próprio de lutas e mobilizações locais e regionais, freqüentemente o debate nacional passa a um segundo plano, tendendo a ser ocupado por mediadores que se apoiam seja no reconhecimento da mídia (são as "personalidades" de que tratamos adiante, exteriores à organização indígena, que algumas vezes se impõem exclusivamente pelo seu acesso aos meios de comunicação), seja em clientelas pré-estabelecidas (que usam o acesso à cena política unicamente para reverter em favorecimentos especiais).

Verifica-se ao contrário que o número de interlocutores que se mobilizam para o debate, bem como a qualidade da participação indígena crescem de maneira prodigiosa à medida que se

debatem temas de interesse regional e políticas que se expressam diretamente nas terras indígenas e nas aldeias. É nesse plano que se deve enriquecer e aprofundar a qualidade da participação indígena, ampliando o número de interlocutores, refletindo a multiplicidade de demandas e de pontos de vista (decorrentes de importantes diferenças culturais e históricas entre essas sociedades), propiciando a emergência e consolidação de lideranças que expressem e encampem a pluralidade dessas perspectivas.

Sobretudo há que considerar que o processo de organização indígena ainda está bastante incipiente, procurando fazer-se presente ao plano das lutas locais e daí extrair um programa de atuação bem como criar mecanismos de representação política mais ágeis e plurais. É necessário que esse processo se aprofunde e se amplie, não apenas no aspecto das articulações políticas, mas que permita a construção de um novo referencial – idéias, propostas, valores, símbolos e estratégias – que caracterize, em sua originalidade radical, a intervenção indígena na reformulação das políticas de governo. Sem esse movimento de incorporação ampla, debate e elaboração coletiva, a tendência será a de que as lideranças e organizações indígenas formulem as suas propostas a partir de algumas poucas experiências bem sucedidas (em geral desenvolvidas por ONG's, algumas vezes em parceria com instâncias de governo), limitando a riqueza e diversidade das demandas bem como o potencial criativo das próprias coletividades.

3. OBJETIVOS:

O objetivo do projeto aqui proposto é contribuir para o fortalecimento das organizações indígenas, criando condições para que se constitua uma massa crítica de conhecimentos que possa fornecer parâmetros novos à elaboração da política indigenista. Para isso é fundamental produzir um referencial de conhecimentos acumulados **indígenas** (isto é, a partir da experiência de intercâmbio e articulação entre os indígenas, no bojo do seu processo de organização), que deve obter uma ampla visibilidade e reconhecimento público, alavancado em um conjunto de parcerias (organismos governamentais e não governamentais, agências de cooperação e desenvolvimento) e em um sólido respaldo técnico-científico (museus, universidades e centros de pesquisa) que lhes permita implementar políticas setoriais e desenvolver ações inovadoras.

As finalidades específicas desse projeto são as seguintes:

- a) promover um conjunto de seminários regionais, de porte médio (com cerca de 50 participantes), em que seriam convidadas lideranças locais (aí incluindo não apenas os caciques, mas intelectuais nativos, xamãs, curadores, professores bilíngües, associação de mulheres, estudantes, etc),

bem como os dirigentes das organizações indígenas, seus assessores, estudiosos e interessados nos assuntos indígenas.

- b) produzir um livro que, resultando desse processo de reflexão coletiva e em diferentes etapas, possa recuperar, aprofundar e fundamentar as idéias e proposições ali apresentadas, tendo uma circulação extensa e assumindo uma função de referencial tanto para a opinião pública quanto para os interessados nos assuntos indígenas.
- c) gerar uma documentação em vídeo sobre cada uma dessas reuniões, que possa constituir-se em um relatório (visual e sintético) que seja amplamente divulgado para as organizações indígenas e possa constituir-se em ponto de debate, crítica e aglutinação.
- d) ampliar o interesse e o compromisso das instituições científicas e culturais regionais (universidades, museus, centros culturais) com os problemas indígenas, aumentando a sua capacidade de intervir em prol da defesa do patrimônio cultural indígena e na melhora de sua qualidade de vida, favorecendo as suas articulações com instituições congêneres nacionais e internacionais.
- e) e sobretudo fortalecer o processo de organização indígena, multiplicando os contextos de debate e reflexão, elevando quantitativa e qualitativamente o universo de interlocutores, contribuindo para consolidar propostas e perspectivas indígenas para o futuro.

4. DESENVOLVIMENTO:

Preparação de um conjunto de seminários que permitirão o diálogo entre as lideranças (de diversos tipos) das principais organizações indígenas e etnias de cada região. Tais reuniões serão promovidas através de uma articulação entre o projeto, as principais lideranças e organizações indígenas, e ainda instituições culturais e indigenistas.

Existem algumas temáticas aglutinadoras, que possibilitam pensar novos rumos para o indigenismo e a definição de políticas indigenistas no Brasil, mas também perspectivas de futuro para os indígenas no século XXI.

Temas escolhidos:

- a) conceituação e aplicabilidade local do etnodesenvolvimento;
- b) formas de preservação do patrimônio cultural indígena;
- c) relação com o território, modalidades de manejo ambiental e utilização dos recursos naturais;
- d) índios em cidades, fluxos migratórios e mudança cultural;
- e) formas de representação das sociedades indígenas;

- f) a cidadania diferenciada e os múltiplos níveis de relação entre as sociedades indígenas e o Estado;
- g) novas tecnologias de comunicação e o armazenamento de informações estratégicas;
- h) conceituação de saúde indígena;
- i) problemas de saneamento e preservação da qualidade da água;
- j) o papel da escola e do professor;
- k) o papel da mulher;
- l) a crise da autoridade doméstica e o choque de gerações;
- m) alcoolismo, conflitos intercomunitários e outras “patologias sociais”;
- n) a perspectiva dos indígenas quanto ao Brasil atual;
- o) o futuro dos povos indígenas no mundo moderno.

Metodologia:

A intenção é de que os indígenas reflitam a partir dos parâmetros de suas culturas, expressando os pontos de vista de seus povos, partindo da sua história e dos seus valores e chegando até o momento atual, posicionando-se frente à contextos históricos distintos (diferentes agências, grandes projetos, economia regional, áreas de proteção ambiental, ONG's, missões, etc) que os afetam de forma diferenciada. A dinâmica do Seminário se iniciará então com a instauração da diversidade e a projeção de utopias, para sucessivamente articular consensos e definir metas, ao final podendo conduzir a uma agenda política mais direcionada.

A metodologia adotada decorrerá disso, propiciando ao início intervenções livres e mais longas dos participantes (evitando cortes e estímulos divergentes, propiciando que se coloquem adequadamente, com o tempo e as condições necessárias para isso); numa segunda etapa serão estimulados os diálogos e debates, conduzindo a comparações e cruzamentos de pontos de vista sobre alguns eixos temáticos; por fim os próprios participantes deverão articular consensos e tecer propostas e posicionamentos conjuntos.

O Seminário deverá ter uma duração mínima de 5 dias e ser realizado em local tranquilo e relativamente isolado, sem público (além dos convidados) e sem acesso constante dos meios de comunicação. A apresentação pública dos resultados será debatida e decidida entre os participantes, e ocorrerá apenas no dia de encerramento.

Detalhamento:

O Seminários Regionais ocorreriam:

1) em Cuiabá, em dezembro/2000, em iniciativa conjunta com o Museu Rondon, da Universidade Federal de Mato Grosso, e o Comitê Estadual de Educação Escolar Indígena. A intenção é reunir principalmente as lideranças indígenas do Centro-Oeste (Mato Grosso, Rondônia, Acre, Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul), pesquisadores e ONG's. Seria interessante a participação de lideranças indígenas e de representantes de ONG's dos países limítrofes (Bolívia, Argentina e Paraguai).

2) em Manaus, em agosto/2001, na Universidade Federal do Amazonas, contando ainda com a colaboração da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). A intenção é de reunir as lideranças indígenas do Amazonas, Roraima, Acre, Amapá e Pará, que totalizam cerca de 1/3 da população indígena do país. Seria importante ter na reunião representantes da numerosa população indígena que vive além fronteira, convidando organizações e lideranças indígenas da Colômbia, Peru e Venezuela.

Em um terceiro seminário, de caráter distinto e em local a ser definido para abrigar reunião anual da ABA ou SBPC, em abril ou julho de 2002, ocorreria uma apresentação dos resultados da pesquisa, através de uma mesa-redonda em que fossem debatidas algumas de suas contribuições mais substantivas, bem como com a divulgação de todo o material produzido (livro e vídeo, ambos para circulação ampla; atas dos seminários anteriores e documentos avulsos). Para essa ocasião seriam convidadas ainda representantes de algumas destacadas organizações indígenas (Shuar, Cuna, Mapuche, Mixtecos, Tobas, etc), entidades indigenistas (Cultural Survival, CIESAS/Mexico, Survival International, IWGIA, etc) e associações profissionais da área de Antropologia (das Ciências Sociais em geral) e Ecologia, nacionais e estrangeiras (ABA, SBS, ALAS, ASA, AAA, EASA etc).

Projeto 2:

**PROGRAMA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO EM QUESTÕES INDÍGENAS
NO BRASIL**

Antonio Carlos de Souza Lima
Prof. Adjunto IV de Etnologia
Departamento de Antropologia
Museu Nacional
UFRJ

MAIO DE 2000

1. **Objetivos:**

Geral: Estabelecer um padrão de treinamento, consoante novos problemas enfrentados para a formulação de políticas para as populações indígenas no Brasil e às modalidades de relacionamento sociedade nacional/índios que estão sendo concebidas para responder às demandas do momento. Este padrão deverá criar profissionais, provenientes e destinados à assessoria a organizações indígenas, agências de Estado, multiplicadores de novas bases de relacionamento do Estado e do Terceiro Setor com as populações indígenas no Brasil. Esse padrão será operacionalizado por uma articulação entre cursos, estágios, projetos de pesquisa e ação antropológicamente informados, em consonância com os esforços de capacitação de organizações indígenas.

Específicos:

1. Criar um sistema de treinamento de pessoal sob o formato de curso de especialização ou mestrado profissionalizante, articulado em rede sob a forma de módulos realizados em centros situados em Universidades regionais, sob a direção do grupo de pesquisas sediado no Museu Nacional;
2. Condicionar tal sistema a uma articulação direta com cursos de capacitação destinados a organizações indígenas;
3. Relacioná-lo aos processos de planejamento regional que deverão ser desencadeados através de seminários realizados com o fim de criar protocolos de ação comum entre organizações indígenas, ONGs, agências de Estado, governos estaduais e municipais, e Universidades, com o suporte do projeto a que este se relaciona, desenvolvido no Museu Nacional sob a coordenação de João Pacheco de Oliveira, produzindo assim condições amplas de influência das políticas indígenas sobre as políticas indigenistas;
4. Reforçar centros situados em Universidades regionais destinados à produção e formação em questões indígenas, que mantenham, ou venham a estabelecer, relações com organizações indígenas ligadas às regiões em que se situam, de modo a que assumam as funções de espaços de interação multicultural, nos planos intelectual e político;
5. Produzir e publicar material que sirva à criação desse novo padrão de treinamento, que se baseará na capacidade auto-reflexiva da pesquisa antropológica e na ênfase dos instrumentos que permitam perceber as diferenças das formulações sócio-culturais próprias aos povos indígenas enquanto princípios metodológicos norteadores da ação;
6. Contribuir para novos padrões de relacionamento entre organizações indígenas, ONGs, agências de Estado;
7. Funcionar como piloto de novos perfis de treinamento profissional a que deverão ter acesso índios e não-índios, de modo a influenciar as transformações em cursos de graduação e pós-graduação, *stricto e lato sensu*, segundo formas de reflexão e ação para o desenvolvimento social pautadas no *empowerment* das populações socialmente desprivilegiadas.

2. **Duração:**

12 (doze) meses, equivalentes à realização do ciclo completo de um curso com a duração de 7 (sete) meses, à preparação de textos e vídeos.

1. Avaliação geral e formulação da proposta:

A proposta que se segue tem como bases os subsídios que foram levantados ao longo do projeto “Política Indigenista e Políticas Indígenas no Brasil: um mapeamento prospectivo”, desenvolvido no Departamento de Antropologia do Museu Nacional, em conjunto com João Pacheco de Oliveira, cujos produtos já foram apresentados à Fundação Ford. As perspectivas apresentadas por produtos mantêm forte interação com a política indigenista que a atual gestão da FUNAI vem tentando implementar, assim como relações de intercâmbio próximo com o Instituto Socioambiental-Brasília, sob a direção de Márcio Santilli, em seu aspecto de assessoria de organizações indígenas e ambientalistas, no monitoramento da formulação e execução de políticas públicas, na defesa jurídica, na elaboração de legislação e estabelecimento de jurisprudência, áreas herdadas do Núcleo de Direitos Indígenas e centro das principais contribuições do ISA nos últimos anos.

Assim, a constatação da existência de novos padrões de relacionamento entre Estado e índios no Brasil tem como seu principal signo o crescente papel das organizações indígenas como agentes diretos de seus próprios interesses, com a progressiva crítica e superação das formas tutelares de poder, ainda não totalmente abandonadas. O papel que ONGs, antropólogos posicionados da universidade, setores do Estado e Igrejas parecem tender a assumir é circunscrito a uma assessoria para repasse de informações e de conhecimentos técnicos necessários à modalidade de etnodesenvolvimento pretendida.

Em nossa avaliação apresentada nos relatórios enviados à Fundação Ford, nos debates do seminário que coordenamos e nos depoimentos prestados para o vídeo, ficou evidente as transformações na própria estrutura do Estado brasileiro quanto ao atendimento das demandas indígenas, bem como a presença nem sempre benéfica, nem sempre nociva, de agentes como a cooperação técnica internacional e outros (ver os relatórios apresentados). Sabemos, no entanto, que há bolsões de intensa resistência quanto a essas transformações em curso, situados dentro de instâncias da administração pública (na Fundação Nacional do Índio, sobretudo), no Congresso Nacional, nos governos estaduais, em setores de diversas Igrejas, mesmo entre ONGs e entre setores de certos povos indígenas aliados por vínculos de clientela a diversos desses agentes e agências.

Considerando-se tais aspectos, e as tarefas que foram delineadas como necessárias a partir do seminário “Bases para uma nova Política Indigenista”, assim como o espectro possível de aplicação dos recursos da Fundação Ford, além de nossas possibilidades de ação no espaço institucional que ocupamos e com os recursos humanos disponíveis, concebemos a seguinte proposta. Ela tem o sentido de ocupar um espaço que nos parece ser a que mais nos adequamos,

sobretudo pela relação direta que manteremos com outro projeto ora apresentado por João Pacheco de Oliveira, voltado para a realização de seminários regionais de articulação e produção de planejamentos de modo a construir bases regionais para políticas de Estado diferenciadas sem as marcas homogeneizadoras do exercício tutelar. Trata-se do papel de formuladores e divulgadores de conhecimentos, e formadores de pessoal capacitado em questões relativas ao presente das populações indígenas no Brasil.

O objetivo dessa proposta é criar o piloto de uma formação pós-graduada em problemas indígenas no Brasil, destinada a índios e não-índios, dotados de um grau universitário e atuando em alguma região específica junto a populações e organizações indígenas. Tal formação durará o período de sete meses, divididos em três módulos. Abrangerá conteúdos relativos aos problemas fundiários, jurídicos, sanitários, educacionais, ambientais, culturais e patrimoniais, sob o prisma do etnodesenvolvimento, alicerçada na perspectiva antropológica de reflexão sobre as diferenças sócio-histórico-culturais, no trabalho a partir da análise da dimensão política e conflitiva do contato interétnico e na auto-reflexividade dos métodos de investigação da Antropologia Social. A idéia é produzir um agente capaz de “escutar” adequadamente as demandas indígenas, relacionando-as com os problemas e características da sociedade local e regional, da administração pública, dos protocolos da cooperação internacional etc, elabora-las, discutindo-as com as organizações e populações nativas, retornando-lhes não apenas a sistematização sob a forma de diagnósticos, projetos e intervenções, mas também, e sobretudo, através do repasse dos métodos e conhecimentos necessários à consecução autônoma de suas demandas. Trata-se, portanto, de formar repassadores e multiplicadores das informações necessárias às organizações indígenas para que, enquanto estruturas de representação de coletivos sociais, possam atuar sem reproduzir as matrizes clientelísticas e tutelares, próprias ao mundo político brasileiro, nem as posições caracteristicamente colonialistas de organismos internacionais, seja a cooperação técnica seja missões. Na verdade trata-se de ter um efetivo de técnicos dotados da consciência de que, além de atuarem em seus campos específicos de formação (saúde, educação, direitos etc), deverão exercer **funções de gestão de conflitos de significação e poder**. Estes técnicos deverão ser capazes de realizar um acompanhamento idealmente individualizado dos processos sociais em jogo num determinado grupo ou região indígena, elaborando criticamente sua experiência, sistematizando-a de forma escrita.

2. Desenvolvimento:

Para tanto julgamos que é necessário um duplo movimento: 1) constituição de um processo piloto de treinamento de profissionais dotados das qualidades delineadas acima, em que o contato direto com as populações indígenas e suas organizações, devidamente orientado à reflexão, seja o ponto de partida de um aprendizado de modalidades de trabalho pautadas por uma postura dialógica e auto-reflexiva, assim como por conteúdos específicos nas diversas áreas englobadas pelas suas formações anteriores; 2) resgate, sistematização e divulgação de experiências de etnodesenvolvimento e participação indígena ampliada em contexto brasileiro e internacional, de modo a gerar um universo de conhecimentos, representações e conceitos que permitam que essa prática profissional venha a se solidificar, gerando padrões de entendimento e intervenção social de utilidade para problemas sociais até mesmo de natureza distinta.

O curso piloto em questões indígenas ora proposto será realizado num **período total de 7 (sete) meses dispostos em 3 (três) módulos diferenciados** em termos de atividades, e com localização distinta em termos espaciais. **Destinar-se-á a índios e não-índios com formação de terceiro grau** que serão selecionados em número não superior a 20 (vinte) integrantes. Os participantes poderão ser recrutados entre pessoas que já desenvolvam trabalhos voltados para as populações indígenas, dentre eles quadros de organizações indígenas, ONGs, Igrejas, agências de Estado e governos estaduais e municipais. Serão selecionados pelos mesmos núcleos que estão discriminados como as sedes dos seminários regionais propostos por projeto encaminhado por João Pacheco de Oliveira, a saber, a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Federal de Mato Grosso, a Universidade Federal de Campina Grande, a Universidade Dom Bosco no Mato Grosso do Sul.

Selecionados, e após uma breve introdução às propostas do curso, ministrada por docentes dos núcleos regionais mencionados e pelos próprios integrantes da equipe coordenadora, os integrantes do curso deverão participar acompanhando, e na medida do possível colaborando na realização, de um pequeno curso de capacitação de índios. Este curso seria de iniciativa dos núcleos citados, realizado em articulação com organizações indígenas e com fundos oriundos de outras fontes de financiamento. Neles os integrantes deveriam começar seu preparo sobre os problemas específicos da região e das populações indígenas nelas localizadas, o que será também tema dos debates dos seminários projetados pela equipe do Museu Nacional coordenada por João Pacheco de Oliveira, mas numa outra temporalidade. **As temáticas da região e suas populações indígenas, em perspectiva histórico-antropológica, serão os principais objetos desse módulo de 3 (três) meses**, além de informações gerais sobre o uso de recursos como internet e outras

mídia, exercícios de mapeamento das forças regionais intevnientes no tocante aos problemas indígenas.

O segundo módulo do curso constituir-se-á de um período de 3 (meses) de cursos e pesquisas no Museu Nacional, com a equipe coordenadora desse projeto ampliada por alunos da pós-graduação em Antropologia Social como responsável, juntando os integrantes provenientes do primeiro módulo nos núcleos regionais. Conteúdos **sobre a análise e gestão de conflitos, sobre os problemas indígenas pensados como problemas de construção de sociedades multiculturais e democráticas e de Estados pluriétnicos em contextos pós-coloniais, sobre problemas para o etnodesenvolvimento, além de uma outra etapa quanto a instrumentos de avaliação, pesquisa e registro de dados serão a tônica desse momento do curso**, que terá caráter intensivo, as aulas sendo complementadas com a presença de palestrantes sobre os temas do curso, com exercícios analíticos, com pesquisa em instituições da cidade do Rio de Janeiro e via internet.

O terceiro módulo terá a duração de um mês: constituir-se-á na elaboração de uma pequena monografia, cujo desenvolvimento deverá ter sido iniciado ao final do primeiro módulo de atividades, sobre tema diretamente ligado às propostas de intervenção que o integrante deverá desenvolver desde o contato com as demandas regionais, de acordo com suas áreas específicas de ação. Os aprovados receberiam um certificado de curso de especialização.

Paralelamente a essa dimensão de treinamento, a equipe coordenadora deverá estar ocupada com a preparação de em torno de cinco coletâneas de textos instrumentais sobre os problemas indígenas, inclusive com textos estrangeiros quando for necessário. Os temas foram elencados no projeto "Política Indigenista e Políticas Indígenas: um mapeamento prospectivo", mas deverão ser revistos. Acompanhando os cursos de capacitação para índios antes mencionados e como forma de fazer os participantes dos cursos dos dois processos de treinamento (índios e não-índios) experimentarem as virtualidades de certo tipo de tecnologia de comunicação, serão elaborados pequenos vídeos, em colaboração com docentes das universidades citadas, de interesse para as populações indígenas e suas organizações como forma de circulação de informações. Será ainda preparada uma homepage interinstitucional

Em termos de publicações a pauta iniciar-se-á pela publicação dos textos apresentados no seminário "Bases para uma nova política indigenista", passando pela divulgação de experiências de etnodesenvolvimento, textos sobre o indigenismo no Brasil, coletâneas sobre especificidades da situação indígena em regiões variadas do Brasil, articuladas a programas de desenvolvimento. A idéia é gerar um conjunto de informações que permitam a execução de trabalhos aplicados de etnodesenvolvimento e gestão social de conflitos que permitam o exercício dos trabalhos de

assessoria às populações indígenas com bases técnicas e instrumentos analíticos num patamar diferenciado daquele que tem sido pautado no sertanismo e no indigenismo brasileiros.